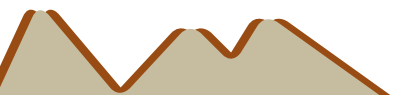




MONTANHA DO
ALTO MINHO *IN LOCO*

GOVERNANÇA TERRITORIAL







MONTANHA DO ALTO MINHO *IN LOCO*

GOVERNANÇA TERRITORIAL



FICHA TÉCNICA:

Editor:	ARDAL (Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima)
Título:	MONTANHAS DO ALTO MINHO <i>IN LOCO</i> GOVERNANÇA TERRITORIAL
Autores:	Nogueira, Joana (ESA-IPCV, UI proMetheus) Simões, Sara (ARDAL, UI proMetheus) Araújo, José Pedro (ESA-IPVC; CIMO; CISAS) Santos, José Carlos (ESA-IPVC; UI proMetheus) Santos, Aurora (ESA-IPVC)0
Entidades Parceiras:	ARDAL - Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima ESA/IPVC - Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior Agrária CIM AM - Comunidade Intermunicipal do Alto Minho AFL - Associação Florestal do Lima CAAVPB - Cooperativa Agrícola de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca ASCRS - Associação Sócio-Cultural e Recreativa de Sistelo TCV - Território com Vida, Associação
Equipa Técnica:	Pedro Teixeira (ARDAL). Coordenador Joana Nogueira (ESA-IPVC; UI proMetheus). Coordenadora Amaro Amorim (CAAVPB) Aurora Santos (ESA-IPVC) Catarina Brito (ARDAL) Cristina Rodrigues (ARDAL) Dulce Mota (AFL) José Carlos Santos (ESA-IPVC) José Pedro Araújo (ESA-IPVC; CIMO) Liliana Neves (ASRC Sistelo) Luísa Garcia (CIM-Alto Minho) Otilia Xavier (ARDAL) Sara Simões (ARDAL)
Conceção gráfica:	jotasá
Depósito Legal:	484349/21
ISBN:	978-989-54213-2-9

Nota prévia

Portugal tem, desde há décadas, vindo a ser confrontado com uma realidade que urge ser tratada com atenção e saber: a desertificação das regiões de interior do país. O Alto Minho não é exceção e as suas zonas de montanha são disso um bom exemplo.

Se se pretende um território coeso, obviamente nas suas diferenças e particularidades, há que estudar essas regiões de forma integrada e multisectorial por forma a que as decisões de intervenção não possam ser tomadas de forma avulsa como, infelizmente, muitas vezes acontece. Neste aspeto, a governança, ou a forma como a mesma é exercida, tem um papel decisivo. Do meu ponto de vista, é determinante que a mesma seja exercida envolvendo, de forma articulada, os vários atores e decisores que atuam nesses territórios e, obviamente, as populações aí residentes.

Para contrariar a tendência acentuada de envelhecimento e desertificação há que dar condições de vida dignas às suas pessoas, designadamente condições de saúde, educação, justiça, trabalho com justa remuneração, atividades socio-culturais e económicas, etc..

Para que a governança possa ser a mais assertiva há que tomar as suas decisões suportada num conhecimento profundo das regiões e das suas gentes. Para tal, um parceiro importante neste processo são as instituições que se dedicam ao conhecimento e ao saber.

O Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), neste âmbito e no território do Alto Minho, tem, desde há muitos anos, vindo a trabalhar, de forma consistente e empenhada, com os vários atores que atuam no território: autarquias, entidades várias, instituições, empresas. O projeto “Acontece *in Loco* – Montanha do Alto Minho” é disso um bom exemplo. A todos quantos contribuíram para o sucesso do projeto, as minhas felicitações e os votos sinceros de que as suas conclusões possam auxiliar os decisores nas suas opções, a bem do território e das suas pessoas.

Carlos Rodrigues
Presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Índice

Nota prévia	III
Índice de Figuras	V
Preâmbulo	VII
1. Introdução	1
2. Montanha do Alto Minho e sua governança	3
3. Aldeias de Montanha - Comunidades Vivas	9
Uma comunidade de montanha e o seu Baldio	12
Comunidades de montanha e conservação da natureza	16
De comunidades resistentes a comunidades resilientes	24
4. Perspetivas futuras	29
5. Referências	31
6. Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	31

Índice de Figuras

Figura 1. Envolvimento de várias gerações da comunidade de Sistelo em diagnóstico participativo	2
Figura 2. Delimitação da montanha no Alto Minho	4
Figura 3. Casa em ruínas à venda (Lugar de Igreja, Sistelo)	5
Figura 4. Lógica da intervenção do Acontece <i>in Loco</i>	6
Figura 5. Calçada íngreme entre veiga agrícola e núcleo habitacional (Lugar de Igreja, Sistelo)	7
Figura 6. Um sobreiro com história para contar (Lugar de Quebrada)	8
Figura 7. Convivência intergeracional cada vez mais rara (Lugar de Padrão)	10
Figura 8. Vestígio de um povoamento de resinosas do período do Estado Novo no Baldio de Sistelo	13
Figura 9. Gado bovino protegendo-se do calor e da “mosca” sob um povoamento de resinosas no Baldio de Sistelo	13
Figura 10. Usos do baldio - atuais e a incentivar para futuro	14
Figura 11. Opinião dos inquiridos relativamente a novos usos para o baldio	15
Figura 12. Opinião relativa ao envolvimento das pessoas da comunidade na gestão do baldio	15
Figura 13. Opiniões relativas à participação da comunidade na sua manutenção	17
Figura 14. Opinião dos inquiridos sobre a capacidade do Baldio de Sistelo gerar receitas ..	17
Figura 15. Perceção do valor atribuído à natureza por quem vem da cidade	18
Figura 16. Perceção do valor atribuído à flora e fauna silvestres por quem é de Sistelo	18
Figura 17. Perceção da relação entre benefícios e inconvenientes ligados ao lobo	19
Figura 18. Territórios de gado e de lobo – um desafio a gerir (Branda de Rio Covo, Sistelo)	21
Figura 19. Episódio de incêndio florestal no baldio de Sistelo	22
Figura 20. Opinião dos inquiridos relativamente ao uso das queimadas para renovar as pastagens	23
Figura 21. Perceções relativas ao conhecimento da biodiversidade pelos mais velhos	25
Figura 22. Perceções relativas ao conhecimento da biodiversidade pelos mais novos	25
Figura 23. Cartaz do Bioblitz de Sistelo	26



Preâmbulo

Este pequeno livro faz parte de uma coleção de quatro publicações que reúne informação que se destina principalmente às pessoas que vivem e trabalham na montanha. Estamos conscientes de que estes territórios enfrentam grandes desafios. Ao partilhar os resultados do projeto *Acontece in Loco* com as comunidades locais de montanha queremos retribuir as ideias e informações que connosco partilharam. Referindo-se a estudos e trabalhos anteriores alguém nos disse, em Sistelo, que *“raramente são explicados às pessoas de cá”*. Esta é uma realidade que queremos mudar, para termos montanhas vivas e comunidades resilientes.

A coleção Montanha do Alto Minho *in loco* inclui quatro cadernos temáticos:

- (1) Viver e Trabalhar;
- (2) Agro-silvo-pastorícia, Floresta e Biodiversidade;
- (3) Turismo sustentável.
- (4) Governança territorial.

Estas publicações permitem igualmente dar a conhecer a realidade de uma aldeia de montanha, nas suas várias dimensões, a um público mais amplo. Pretende-se sensibilizar a sociedade para a especificidade destes territórios e sublinhar a importância das suas múltiplas funções, dando particular relevo à voz das pessoas que lá vivem e trabalham.



1. Introdução

Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver do Universo...
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer (...)

*“O Guardador de Rebanhos”, poema VII, de Alberto Caeiro
(Fernando Pessoa, 1946)*

O projeto *Acontece in Loco* – Montanha do Alto Minho reuniu sete entidades que decidiram trabalhar em parceria e com as comunidades locais para pensar o presente e o futuro das aldeias de montanha do Alto Minho. Os sete parceiros deste projeto foram: Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima (ARDAL); Instituto Politécnico de Viana do Castelo (Escola Superior Agrária); Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (CIM-AM); Associação Florestal do Lima (AFL); Cooperativa Agrícola de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca CRL.; Associação Território com Vida e Associação Sociocultural e Recreativa de Sistelo.

As aldeias de montanha são espaços de vida e de trabalho de comunidades que têm sido capazes de resistir às condições difíceis que as serras representam. Por outro lado, as montanhas são cada vez mais procuradas para atividades de turismo e de lazer. São também reconhecidas pelos benefícios ecológicos que proporcionam às regiões envolventes. Todas estas funções da montanha dependem das pessoas que lá vivem e trabalham, como iremos evidenciar. O modelo de desenvolvimento das últimas décadas não tem permitido criar, nos espaços de montanha, condições favoráveis para a renovação geracional. Uma situação que compromete a continuidade de várias das funções destes territórios que são espaços de vida, de identidade, de produção de bens e serviços e de conservação de património cultural e natural relevante. A revitalização social e económica das aldeias e o reforço da sustentabilidade e resiliência dos territórios de montanha do Alto Minho dependem de uma ação conjunta de várias entidades e escalas de ação, com as comunidades locais a ocuparem um papel central.



Figura 1. Envolvimento de várias gerações da comunidade de Sistelo em diagnóstico participativo

O projeto *Acontece in Loco* – Montanha do Alto Minho centrou-se nos territórios de montanha abordando as suas diversas funções e ouvindo a perspetiva das pessoas da comunidade. Adotou-se uma abordagem a uma escala microterritorial (uma aldeia), considerando as suas gentes, atividades, recursos e espaços. Esta abordagem não pode esquecer que cada aldeia está inserida no mundo global e complexo em que vivemos. A governança territorial diz respeito a uma forma de gestão dos territórios que promove uma maior participação e cooperação entre as diferentes entidades - públicas e privadas - e a diferentes escalas - desde as freguesias à União Europeia. Este tipo de gestão territorial tem vindo a ser cada vez mais aplicado, mas há ainda um longo caminho a percorrer para melhorar a forma como todos os intervenientes participam, dialogam entre si e tomam melhores decisões.

O projeto *Acontece in Loco*, financiado ao abrigo da medida “Observação da Agricultura e dos Territórios Rurais” do Programa de Desenvolvimento Rural 2020 (PDR2020), no quadro da Rede Rural Nacional, pretende contribuir para uma melhor governança territorial na montanha do Alto Minho. Esse contributo passa por um trabalho focado no envolvimento das comunidades locais em processos de decisão que sejam mais participativos e mais informados.

Definiram-se três objetivos específicos deste projeto:

1 – Cooperar para melhor intervir na Montanha do Alto Minho: trabalho em equipa das entidades parceiras, incluindo as comunidades locais.

2 – Testar metodologias para monitorizar a Montanha do Alto Minho, aprofundar o conhecimento que temos da montanha, ouvindo e consultando as pessoas e as organizações locais e recolhendo dados.

3 – Valorizar e disseminar o conhecimento para potenciar a inovação – assegurar que os resultados do projeto chegam a vários públicos, dentro e fora da montanha.

A freguesia de Sistelo foi escolhida como caso de estudo. Foi nesta freguesia que ao longo de dois anos realizámos várias atividades de campo e de recolha de informação. Esta publicação foca-se num dos temas abordados – Governança Territorial. Além deste caderno temático há outros três, centrados em: Viver e Trabalhar; Agro-silvo-pastorícia, Floresta e Biodiversidade e Turismo Sustentável. Para consulta das outras publicações e também de vídeos e imagens que dão conta das atividades realizadas com a comunidade de Sistelo remetemos para o site <http://www.aconteceinloco.altominho.pt/>.

2. Montanha do Alto Minho e sua governança

No Alto Minho as elevações do relevo formam um anfiteatro virado para o Atlântico, desde a Serra D’Arga mais litoral, passando pelas zonas mais altas de Ponte de Lima e Paredes de Coura, até se elevar imponentemente no planalto de Castro Laboreiro e nas Serras da Peneda, Soajo e Amarela, já em pleno Parque Nacional da Peneda-Gerês (Figura 2). Os territórios de montanha ocupam cerca de 40% da superfície territorial da região, e têm características muito próprias em termos naturais e paisagísticos, socioculturais e económicos.

Com o declínio do emprego na agricultura e na floresta, e com a crescente atração pelas áreas urbanas, os territórios mais difíceis e menos acessíveis têm sido particularmente afetados pela perda de população. As comunidades locais de montanha estão muito envelhecidas e com dificuldades para manter e atrair gente jovem. Vejamos alguns números. Em 1940, antes do grande êxodo rural marcado pela vaga de emigração dos anos 1960/70, viviam mais de 45 500

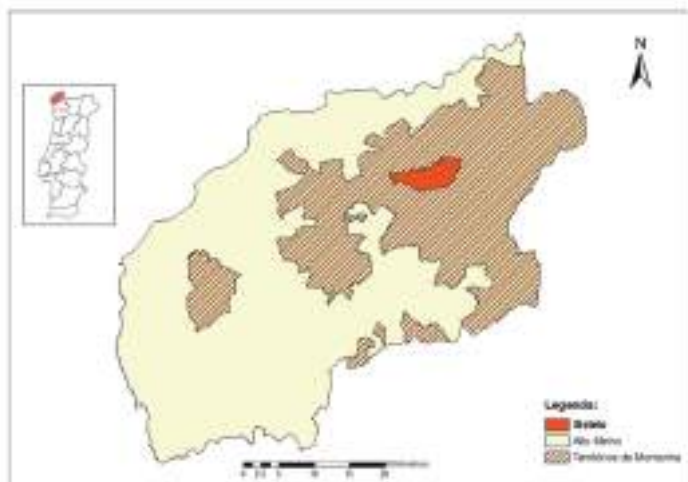


Figura 2. Delimitação da montanha no Alto Minho

pessoas na montanha do Alto Minho. Esse valor ainda aumentou até 1950, mas começou depois a diminuir, década após década. Em 2011, segundo os Censos do Instituto Nacional de Estatística (INE), o número de habitantes da montanha do Alto Minho tinha caído para 21 200 indivíduos. Dito de outra forma, as comunidades locais de montanha foram perdendo peso na demografia regional. Passaram de um peso de 17,5% da população do Alto Minho (em 1940) para 8,7% (em 2011).

Os efeitos sociais e económicos da diminuição do número de pessoas a viver nas aldeias foram sendo atenuados pelo regresso de muitos, que ao fim de vários anos no estrangeiro ou nas zonas mais urbanas do país, foram voltando à terra de origem. Mas estes regressos não têm sido suficientes para inverter o declínio demográfico, nem para rejuvenescer as comunidades. Escasseiam os casais jovens e, conseqüentemente, torna-se mais difícil encontrar crianças que cresçam nestes territórios e os identifiquem como sendo o seu lugar. Com menos gente nas aldeias vai-se dando o encerramento de serviços de proximidade e vai-se tornando mais difícil manter o conjunto de atividades socioculturais e económicas que, em conjunto, permitem sustentar a vida social e o bem-estar das pessoas nestes territórios.



Figura 3. Casa em ruínas à venda (Lugar de Igreja, Sistelo)

Com o passar dos anos aumenta o risco de aproximação a situações de abandono sem retorno. Um cenário que representa uma perda para quem tem resistido, e ainda vive nestes territórios, e também para as gerações vindouras, que deixarão de encontrar um espaço onde seja possível construir novos laços de ligação a uma terra e a uma comunidade. Como diz um ilustre agrónomo, estudioso do mundo rural, “o futuro não é apenas uma continuação do passado, tem agora de se moldar o território, procurando equilíbrios entre os seus diferentes usos e tornando-o um espaço onde os que venham da cidade e os que já o povoam possam, sempre, começar de novo” (Baptista, 1996: 74).

O risco de abandono de áreas agrícolas e de elementos do património cultural e natural ligados às comunidades locais não afeta apenas as gentes da montanha. Há uma crescente consciência, na sociedade e entre os responsáveis políticos, das múltiplas funções de interesse público desempenhadas por estes espaços e pelas suas comunidades. Sem gente nas aldeias de montanha do Alto Minho será difícil assegurar a continuidade de atividades que, até ao presente, têm garantido uma gestão da paisagem em que ainda se articulam a agricultura, a pecuária e a floresta, e onde se mantêm algumas práticas tradicionais com interesse para a conservação da natureza. A consciência social do risco do des-

povoamento destes territórios foi agudizada pelos incêndios de 2017, cujo grau de destruição ficará na memória dos portugueses por muitos anos (Simões *et al.*, 2018). Não é apenas preciso que haja gente no mundo rural e nas áreas montanhosas, é necessário que essa gente continue a desenvolver atividades ligadas à terra – agricultura, pecuária e florestas - e que promovam a sua conservação e valorização sustentável.

Há outros riscos que se acentuam se não houver quem, numa gestão de proximidade, cuide do território e preserve os saberes e as práticas necessárias a uma valorização sustentável dos recursos que aí existem. Para destacar alguns considere-se a perda da biodiversidade que depende de atividades agro-silvo-pastoris, a expansão sem controlo de plantas invasoras exóticas, a redução da capacidade de produção alimentar e a maior insegurança de pessoas em territórios que se assilvestram por perda de ocupação humana. As montanhas portuguesas são paisagens culturais, com uma presença humana ancestral (Aguar *et al.*, 2009), e o abandono destes espaços pode comprometer muitas das suas funções.

O projeto *Acontece in Loco* teve em conta este contexto, bem como a necessidade de encontrar formas de governança e de ação que consigam mudar as tendências de declínio e tirar partido das oportunidades que vão surgindo numa sociedade em mudança e cada vez mais empenhada em assegurar modelos sustentáveis de desenvolvimento. Neste processo todos tempos a ganhar ao trabalhar em conjunto, de forma colaborativa e que proporcione aprendizagens coletivas (Figura 4).



Figura 4. Lógica da intervenção do *Acontece in Loco*



Figura 5. Calçada íngreme entre veiga agrícola e núcleo habitacional (Lugar de Igreja, Sistelo)

Um dos aspetos mais centrais na abordagem deste projeto passa pelo envolvimento das pessoas da comunidade local. Este envolvimento pode conseguir-se através de várias técnicas nas quais as pessoas são chamadas a participar, contribuindo com os seus conhecimentos, opiniões e sugestões. Durante o trabalho de campo estas técnicas envolveram a observação direta, a realização de rodas de conversa (grupos de discussão) e de questionários a diferentes universos. Os contributos recolhidos nestes momentos participativos e de consulta às pessoas da comunidade permitiram obter informação muito relevante. Confirmámos a hipótese inicial de que é preciso ser da montanha, ou nela viver, para se perceber em profundidade quais são as dificuldades e quais são as oportunidades que este tipo de território coloca às pessoas, às famílias e às comunidades.



Figura 6. Um sobreiro com história para contar (Lugar de Quebrada)

O Sobreiro de Quebrada

Conta quem sabe, por ser deste lugar, que este sobreiro não é um sobreiro qualquer. Segundo a tradição, em caso de morte, a família do defunto cortava uma das suas ramadas para com ela aquecer o forno e cozer uma boa quantidade de pão. Com essa broa de milho dava-se conforto e sustento a quem, muitas vezes vindo de longe, acompanhava a família e honrava o morto, levando o caixão em ombros, por caminhos íngremes, até à Igreja de Sistelo.

Esta tradição mostra a forte união entre pessoas e natureza e entre a cultura e a biodiversidade, que caracteriza as comunidades de montanha.

A aldeia de Sistelo foi seleccionada para este estudo piloto. É uma aldeia de montanha que também tem perdido população de forma acentuada. Apesar disso tem conseguido resistir, e a comunidade tem-se empenhado, em articulação com outras entidades, para recuperar o seu dinamismo e para assegurar melhores condições para quem lá vive e para as gerações futuras. O desenvolvimento das aldeias de montanha sempre dependeu destas lógicas comunitárias, que permitiram às pessoas fazer face aos desafios do isolamento, à falta de meios que as caracteriza e às exigências de gerir e usar um vasto território.

O projeto *Acontece in Loco* valorizou desde o início esta lógica de comunidade, olhando para a aldeia no seu todo, e incluindo a dimensão humana e natural.

As temáticas definidas foram: “viver e trabalhar”, “agro-silvo-pastorícia”, “floresta e biodiversidade” e “turismo”. Os resultados das várias técnicas de participação e consulta desenvolvidos em Sistelo apresentam-se nos vários volumes desta coleção.

O desenvolvimento das aldeias de montanha não depende apenas de quem lá vive ou trabalha. Há múltiplas relações entre estas comunidades locais e outras pessoas e organizações que são de fora ou que desenvolvem a sua ação na montanha e noutros espaços. Estas ligações ao exterior são muito relevantes para a economia local e para a qualidade de vida nas aldeias. A governança deve ser capaz de criar um bom entendimento e uma boa articulação da ação destes vários intervenientes. O trabalho em rede de vários parceiros, e as metodologias participativas, permitem que estas entidades adquiram um rosto e que os necessários entendimentos se possam ir definindo e afinando. Este tipo de metodologia é igualmente pertinente para se chegar a melhores decisões, para superar conflitos e diferenças de opinião, e para que uns e outros assumam as suas responsabilidades e compromissos.

3. Aldeias de montanha – comunidades vivas

Uma das primeiras grandes questões que o projeto *Acontece in Loco* abordou junto da comunidade de Sistelo foi o problema do despovoamento e, a partir daí, surgiu o debate sobre as várias opções de futuro. Logo na primeira roda de conversa, com o tema “Viver e Trabalhar” foi possível perceber que jovens e menos jovens, homens e mulheres, agricultores e não agricultores, todos partilhavam uma ideia comum: a de querer que Sistelo “*não saia do mapa*” (M, 26). Este desejo partilhado assenta em laços fortes entre as pessoas e destas com a sua terra - “*o ninho da terra natal*” (H, 70) – que incluem também aqueles que estão fora. O futuro destas aldeias não exclui outros que não pertençam à comunidade e que contribuam para repovoar e reanimar a aldeia, salvaguardando alguma precaução pelo desconhecido: “*Receio há sempre [...] mas olha-se mais para isso com esperança.*” [H, 70].

Estes testemunhos mostram que, para além de cada um dos indivíduos e famílias que formam a população da freguesia, Sistelo corresponde também a



Figura 7. Convivência intergeracional cada vez mais rara (Lugar de Padrão)

uma comunidade - pessoas e famílias que, em conjunto, partilham uma identidade e um sentido de futuro em comum. Este sentido de comunidade enraiza-se num tempo longo de ligação a um território, na convivibilidade que se gera nas aldeias, na vida quotidiana ou em momentos especiais, e ainda pela dimensão coletiva que assume o uso e conservação de um conjunto de recursos naturais e culturais. A entreatajuda nas tarefas agrícolas, nos cuidados aos animais e na vida doméstica é ainda uma realidade nestas aldeias. Relembremos a questão do inquérito às famílias relativa à entreatajuda, com mais de 70% dos inquiridos a concordar que as pessoas de Sistelo se ajudam umas às outras. Esse mesmo sentido de comunidade, assente em histórias partilhadas, manifesta-se perante os desafios do presente e do futuro. O principal desafio que a comunidade de Sistelo enfrenta, e que contribui para unir as pessoas em torno de projetos comuns, é o da sua continuidade através de uma necessária renovação geracional. Como Sistelo, são muitas as aldeias de montanha do Alto Minho que, atualmente, enfrentam este desafio.

A revitalização das aldeias de montanha implica vários níveis de decisão e de ação, alguns dos quais ocorrem à escala regional e nacional, e também nos processos de decisão das políticas da União Europeia. Numa escala microterritorial, das freguesias e dos seus lugares, as comunidades locais assumem também um papel relevante para o território, contribuindo para melhorar várias dimensões na qualidade de vida, de trabalho e de gestão dos recursos locais. Procurámos conhecer melhor como se organizam as comunidades das aldeias de montanha

e de que formas é as as pessoas e as famílias se envolvem nas questões de interesse coletivo, aprofundando o estudo da comunidade de Sistelo. Também analisámos aspetos da articulação entre esta escala microterritorial, onde a comunidade local assume uma maior importância, com outras escalas e entidades que influem na governança territorial dos espaços de montanha.

A capacidade de intervenção da comunidade de Sistelo tem uma vertente organizada num conjunto de entidades locais, das quais destacamos:

- Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia
- Conselho Diretivo, Assembleia de Compartes e Comissão de Fiscalização dos Baldios de Sistelo
- Juntas de Regantes
- Associação Sociocultural e Recreativa de Sistelo
- Movimentos e grupos ligados à paróquia

Muitas das freguesias de montanha têm instituições similares, com grande importância para:

- (1) dinamizar a vida social, económica e cultural das aldeias
- (2) regular o modo como as comunidades acedem e usam os recursos naturais locais
- (3) promover a articulação da comunidade com o exterior

Na impossibilidade de aprofundarmos todas as dimensões organizativas locais, daremos destaque à gestão do baldio, uma vez que os baldios são uma realidade diferenciadora das montanhas do centro e norte de Portugal. De seguida aprofundamos o envolvimento e as perspetivas da comunidade no que se refere à gestão da paisagem e conservação da natureza. A ligação da comunidade à gestão do turismo, atividade económica em crescimento na freguesia, foi aprofundada no volume 3 desta coleção. Fazemos apenas algumas notas à necessidade de integrar esta atividade na governança dos territórios de montanha, e à relevância de incluir as comunidades locais, os empresários de turismo e os visitantes nos processos de diagnóstico e decisão.

Uma comunidade de montanha e o seu Baldio

O Baldio de Sistelo é o recurso coletivo que mais se destaca na freguesia, já que ocupa 88% da área total da freguesia. Além de ser essencial à atividade agro-silvo-pastoril representa também um património natural e cultural de enorme valor. A sua gestão é efetuada através dos órgãos previstos na Lei nº 75 de 2017. Do ponto de vista legal podem usufruir do baldio os seus compartes, cujo universo é constituído por “cidadãos com residência na área onde se situam os correspondentes imóveis, no respeito pelos usos e costumes reconhecidos pelas comunidades locais, podendo também ser atribuída pela assembleia de compartes essa qualidade a cidadão não residente” (DL 75/2017). A Assembleia de Compartes de Sistelo, em 2019, era constituída por 354 pessoas, com direito a participar e a votar, o que inclui residentes e emigrantes.

O Baldio de Sistelo foi alvo de ações de florestação integradas no Projeto de Arborização do Perímetro Florestal das Serras de Soajo e da Peneda nos anos 1940, sob governação do Estado Novo. Esta ação, à semelhança do que aconteceu em muitos outros territórios, veio transformar a relação da comunidade com este espaço-recurso. As pessoas passaram a referir-se à “floresta” como sendo a área sujeita a controlo pelo Estado. Os usos tradicionais de pastoreio e recolha de matos e lenha foram condicionados e o cumprimento das novas regras era fiscalizado por Guardas Florestais. Esta situação veio limitar a anterior autonomia da comunidade relativamente ao seu baldio. Há ainda memória de vários conflitos entre pessoas da freguesia e estes representantes do Estado Novo, que originavam um sentimento geral de descontentamento. *“Eram os Guardas Florestais que mandavam na freguesia”* (H, 60).

Depois do 25 de abril de 1974 foram aprovadas leis que promoveram a devolução destas áreas e da sua gestão às comunidades locais (DL 39/1976 e legislação posterior), medida que foi muito bem acolhida em Sistelo. Como dizia um residente: *“A «floresta» acabou, era uma alegria, porque a gente podia ir para todo o lado, com o gado, era agradável, ir à branda, ficar lá...”*(H, 68). Este período de cerca de 30 anos deixou as suas marcas. Uma delas foi a diminuição acentuada da rês (cabras e ovelhas), que contribuía significativamente para a economia local. Outra foi esta conotação da “floresta” com uma imposição vinda de fora. A recuperação da autonomia significou a reorganização da comunidade para gerir



Figura 8. Vestígio de um povoamento de resinosas do período do Estado Novo no Baldio de Sistelo



Figura 9. Gado bovino protegendo-se do calor e da “mosca” sob um povoamento de resinosas no Baldio de Sistelo

o seu baldio, restaurando um sistema de regras que a comunidade respeitava e distinguia das anteriores imposições: *“eram ordens para pôr respeito, não eram imposições, a gente respeitava, o baldio respeitava-se, ia-se roçar, ia-se buscar lenha, era de lá que a gente vivia, do gado... O baldio dava-nos tanto como os campos, porque os animais passavam a maior parte do tempo lá...”*(H, 68).

Nas áreas de baldio sujeitas a ações de florestação durante o Estado Novo, a presença da administração pública ainda se faz sentir hoje através da modalidade de cogestão. Nesta modalidade há uma participação do Estado, através do ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), nalgumas das decisões relativas ao baldio. Mais recentemente, no caso de Sistelo, com a classificação de grande parte do baldio como espaço da Rede Natura 2000, o ICNF assume uma nova responsabilidade e poder de intervenção neste território, tendo em conta os objetivos de conservação de natureza desta rede ecológica europeia.

O Conselho Diretivo do Baldio tem apoio técnico através da Associação Florestal dos Vales do Minho, Coura, Âncora, Vez e Lima - Atlântica e dos técnicos do ICNF. Na perspetiva do atual presidente do Conselho Diretivo, o modelo de cogestão atual não está isento de dificuldades, principalmente pela morosidade que caracteriza os processos de decisão e de ação. A opção pela gestão plenamente autónoma, que é legalmente possível, implica que o Baldio reforce a sua capacitação para assumir mais responsabilidades na gestão e planeamento florestal.

Para além deste modelo organizativo, interessa sobretudo perceber as práticas e o tipo de envolvimento que ligam a comunidade local ao seu baldio, nos

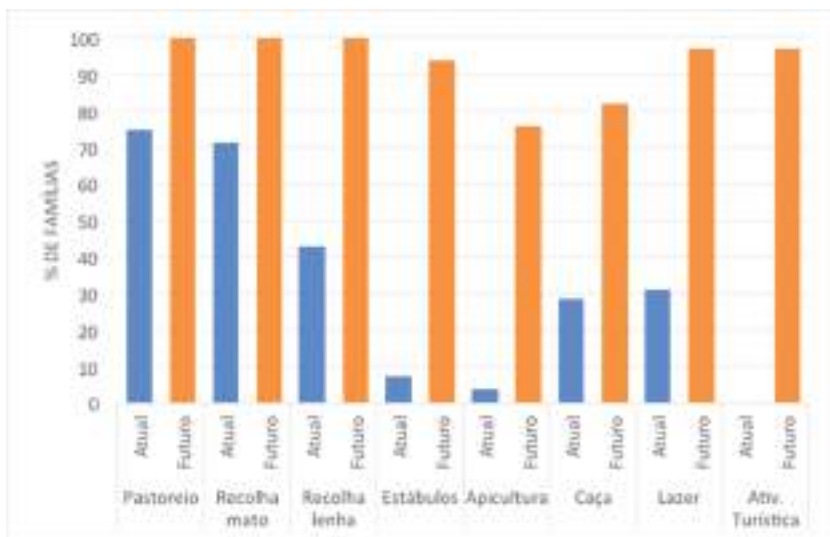


Figura 10. Usos do baldio - atuais e a incentivar para o futuro.

Fonte: QFam

dias de hoje. Em termos quantitativos mais de metade das famílias residentes (58%) refere manter um uso regular do baldio. Haverá, portanto, cerca de 40% de famílias que já não o fazem.

No que refere à natureza das utilizações, o pastoreio e a recolha de mato, como parte da atividade agro-silvo-pastoril, são os usos predominantes no presente e os que mais acordo recebem como usos a manter no futuro (Figura 10). Outros usos mais tradicionais, e que ainda têm alguma expressão atual, são a recolha de lenha e a caça. Menos frequentes, mas reconhecidos como usos a incentivar no futuro temos: a construção de estábulos, atividades de lazer e turismo e a apicultura.

A comunidade vê com bons olhos algumas propostas específicas de valorização do baldio para fins pedagógicos e turísticos, como é o caso de atividades com escolas e trilhos pedestres (Figura 11). Ainda concorda, embora com um consenso menos amplo, que se implementem alojamentos turísticos, trilhos Todo-o-Terreno e parques eólicos em áreas de baldio. Estes usos podem trazer benefícios económicos, mas já levantam algumas preocupações relativamente a potenciais impactos negativos sobre outros usos e sobre o ecossistema. Relati-

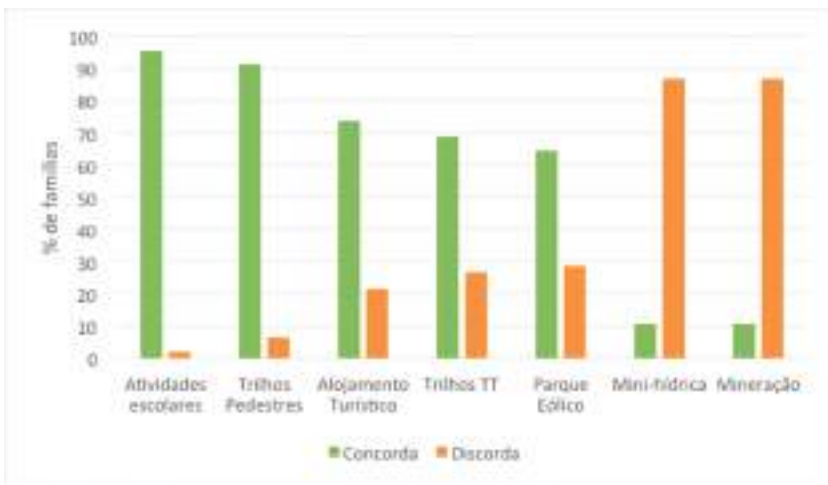


Figura 11. Opinião dos inquiridos relativamente a novos usos para o baldio
 Fonte: QFam

Todos devem ter uma palavra a dizer na gestão e uso do baldio, mesmo não tendo gado



Figura 12. Opinião relativa ao envolvimento das pessoas da comunidade na gestão do baldio
 Fonte: QFam

vamente à hipótese da construção de mini-hídricas ou da exploração de minérios há uma expressiva oposição (90% dos inquiridos estão contra este tipo de aproveitamentos em áreas do baldio).

O baldio é reconhecido como um bem comum, propriedade coletiva dos habitantes da freguesia, e essa qualidade não depende da manutenção de um uso

efetivo, que atualmente envolve sobretudo as famílias que têm atividade pecuária. Mais de 75% das pessoas inquiridas concorda com a ideia de que todos devem ter uma palavra a dizer na gestão e uso deste recurso, mesmo não tendo gado (Figura 12).

Para além do direito a participar nos processos de decisão, procurámos ver em que medida é que as pessoas da comunidade se consideram responsáveis pela gestão e manutenção do baldio. A responsabilidade de todos os compartes na manutenção do Baldio é consensual (Figura 13). É de referir, no entanto, que se aplica uma regra da proporcionalidade: quem mais ganho obtém no baldio, mais deverá contribuir para o manter.

Uma grande proporção de inquiridos desconhece, no entanto, se o baldio gera ou não receitas suficientes para a sua própria manutenção e valorização (Figura 14), com os restantes a dividir-se com opiniões opostas. Este resultado, a par de um relativo desconhecimento sobre o regulamento de uso e fruição do baldio, leva-nos a concluir que o grau de envolvimento das pessoas da comunidade na sua gestão é, na prática, bastante inferior ao que nos indicam as respostas às questões anteriores.

Os órgãos gestores do baldio têm perante si o desafio de encontrar novas formas de envolvimento das pessoas da comunidade nos processos de decisão e valorização deste espaço e dos seus múltiplos recursos. Aos velhos usos e costumes há que acrescentar os novos, cuja importância para o desenvolvimento local está a crescer, e onde se incluem as funções pedagógicas, de conservação da natureza e o turismo. Nesta dinâmica será importante redefinir regras, por forma a assegurar a compatibilidade ou mesmo a complementaridade, entre velhos e novos usos. Esta herança e esta riqueza, potenciadas por uma gestão sustentável e participada, serão certamente centrais para que as novas gerações possam desenvolver projetos de vida bem sucedidos nas aldeias de montanha.

Comunidades de montanha e conservação da natureza

Os ecossistemas de montanha têm uma grande importância ecológica, e geram importantes serviços de ecossistema, como já tivemos oportunidade de

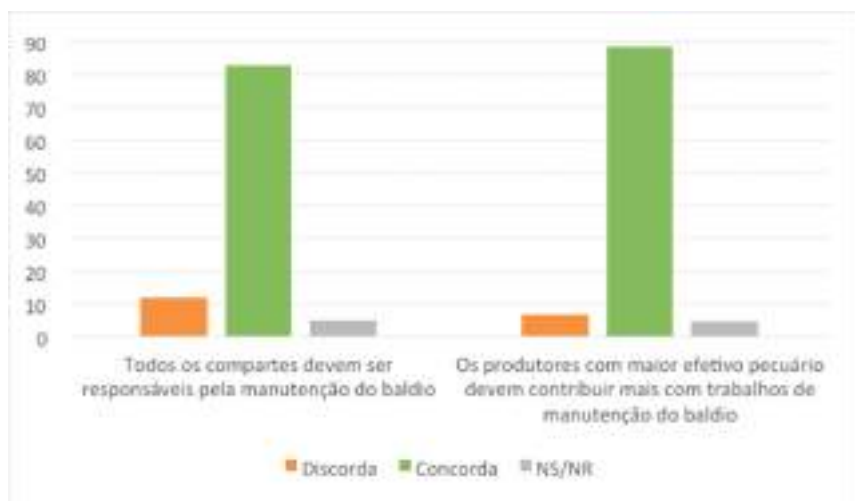


Figura 13. Opiniões relativas à participação da comunidade na sua manutenção
 Fonte: QFam

Na sua opinião o baldio de Sistelo gera receitas suficientes para a sua manutenção?

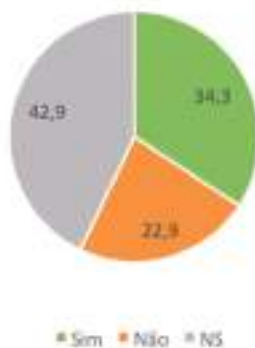
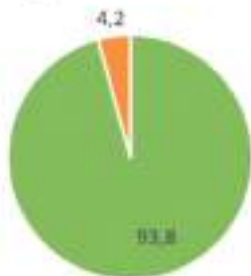


Figura 14. Opinião dos inquiridos sobre a capacidade do Baldio de Sistelo gerar receitas
 Fonte: QFam

aprofundar. Há, portanto, elevados valores naturais nestes territórios, pela sua riqueza em biodiversidade, em tipos de habitat com interesse de conservação e pelos múltiplos serviços ambientais que geram. A conservação do solo, da água, da vegetação, da vida animal e da paisagem interligam-se profundamente. As

A natureza é uma grande atração para quem vem da cidade



■ Concorda ■ Discorda ■ NS/NR

Figura 15. Percepção do valor atribuído à natureza por quem vem da cidade

Fonte: QFam

As pessoas de Sistelo dão pouco valor aos animais e plantas selvagens

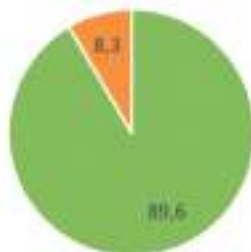


Figura 16. Percepção do valor atribuído à flora e fauna selvagens por quem é de Sistelo

Fonte: QFam

comunidades locais, e as atividades humanas realizadas in loco, têm um papel muito relevante na gestão destes ecossistemas. Cada vez mais se espera que quem usa os recursos naturais o faça de modo responsável.

No caso da freguesia de Sistelo, recordemos que grande parte da sua área está classificada na Rede Natura 2000, com todo concelho de Arcos de Valdevez a integrar a Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurês. O Parque Nacional da Peneda-Gerês faz fronteira com esta freguesia, que tem 6,5 hectares dentro desta área protegida. Estas classificações baseiam-se essencialmente em critérios e processos científicos e técnicos ligados à conservação de património natural e cultural, e em decisões políticas que são tomadas a um nível supralocal. A recente classificação da Paisagem Cultural de Sistelo na categoria de monumento nacional tem igualmente essa dimensão supralocal no que se refere à organização do processo e à tomada de decisão, sem prejuízo de se terem realizado os processos formais de consulta e participação pública da comunidade local que a legislação determina. No entanto, interessa ter conta que estas classificações definem novas funções para os territórios e implicam novos objetivos e regras na sua gestão. É relevante fazer algumas questões quanto ao modo como as comunidades locais avaliam estas tendências e estas mudanças. Há uma boa

No que se refere ao lobo, são mais os benefícios que pode trazer do que os problemas que causa

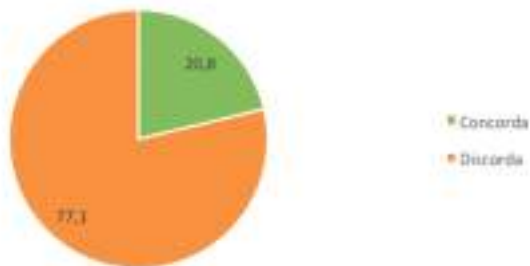


Figura 17. Percepção da relação entre benefícios e inconvenientes ligados ao lobo
Fonte: QFam

articulação entre as comunidades locais e as entidades supralocais na promoção destes valores? Há dinâmicas de capacitação e de iniciativa à escala local para tirar partido das oportunidades ligadas a estas funções? A crescente importância da paisagem e do turismo de montanha estão a alterar a forma como a comunidade olha para os seus recursos naturais e para as suas atividades tradicionais?

Começamos pela questão da conservação da biodiversidade silvestre. Em primeiro lugar perguntámos às pessoas de Sistelo se consideram que quem visita o território valoriza muito a natureza. Quase todos os inquiridos concordaram com o facto de haver uma grande atração pela natureza entre os visitantes de Sistelo, principalmente entre os públicos mais urbanos (Figura 15). Para avaliar o grau em que as pessoas que vivem em Sistelo apreciam e valorizam essa mesma natureza, focando a atenção na flora e na fauna silvestres, detetámos uma situação bem distinta (Figura 16). Há um maior distanciamento, ou aparente desinteresse, das pessoas da própria comunidade relativamente à biodiversidade silvestre que existe no seu território.

No caso específico do lobo, espécie protegida e simbólica para muitos setores da sociedade portuguesa, a comunidade local expressa claramente uma

opinião na qual destaca, sobretudo, os problemas que surgem da presença do lobo neste o território (Figura 17). Pesam nesta avaliação os prejuízos diretos e indiretos que este predador causa aos criadores de gado. Os diretos, na forma de perda de animais, nem sempre compensada pelo sistema de indemnizações em vigor. Os indiretos, pela necessidade de assegurar proteção dos animais face aos potenciais ataques do lobo. Uma necessidade que se faz sentir muito no caso dos caprinos e ovinos, mas também no caso dos bovinos e equinos, principalmente durante os nascimentos e primeiros meses de vida das crias.

Estas questões evidenciam que a conservação de natureza e da biodiversidade silvestre tende a ser avaliada e percebida de forma bem diferente por quem vive e trabalha na montanha e por quem habita nos espaços mais urbanizados. Arriscamos duas possíveis explicações para este facto. A primeira reside no tipo de relação entre pessoas e natureza que distingue a montanha, e outros espaços de dominância silvestre, do conjunto dos espaços mais artificializados e densamente habitados. No primeiro tipo de contexto a natureza é algo que se impõe e que exige respeito. Mas também é algo que tem de ser permanentemente domesticado, dependendo dessa capacidade de controlo a segurança e o bem-estar das pessoas. Relembremos que, para quem vive nas aldeias, é essencial manter o cultivo dos campos à volta das casas e dos lugares, e o pastoreio nos montes como forma de controlar a expansão dos matos e da floresta, para que “o fogo e as feras” permaneçam fora do espaço de vida das aldeias. A relativa ausência de uma atitude contemplativa e de fruição da biodiversidade silvestre dentro da comunidade torna-se assim compreensível. Por outro lado, para alguns habitantes, a grande familiaridade que têm com a natureza que os rodeia - *“fomos nascidos e criados nisto”* - pode igualmente ser um fator de desvalorização relativa. Já quando emigram sentem profundamente a falta dos ares, da liberdade e da natureza agreste dos montes, havendo mesmo quem refira ter sido esse um motivo do regresso.

As pessoas da comunidade de Sistelo sentem fazer parte do ecossistema, que usam enquanto recurso produtivo e que gerem e domesticam para sua segurança. Perante serviços ecológicos de interesse social que superam a lógica local, é fundamental ter em conta a realidade de quem vive e trabalha na montanha, como base para um diálogo construtivo. O caso do lobo é paradigmático. Não parece existir uma aversão cultural à espécie em si, que a comunidade reco-



Figura 18. Territórios de gado e de lobo – um desafio a gerir (Branda de Rio Covo, Sistelo)

nhece fazer parte do ecossistema: *“também terá de continuar, não estou contra ele, ele já cá andava”*. O problema centra-se nos ataques do lobo a animais em pastoreio, numa perspetiva que nem sempre se limita às questões económicas: *“Não estou contra o lobo, só que devia de ser mais vigiado. A gente morre de desgosto”*. Estamos perante criadores que, na maior parte dos casos, dão nome próprio aos seus animais, e os distinguem individualmente. É de destacar haver já um grupo minoritário de 1/5 dos inquiridos que admite que a existência do lobo no ecossistema de montanha constitui uma fonte de benefícios. Esta vertente poderá ser expandida, nomeadamente por via do ecoturismo, como já acontece noutras aldeias, nomeadamente em Fafião (Montalegre), numa dinâmica promovida pela Associação Vezeira de Fafião.

A temática da conservação da biodiversidade permite evidenciar as diferenças entre os objetivos e as preocupações da comunidade local e aqueles que presidem às estratégias e medidas de conservação da natureza. Considerando que a comunidade, por múltiplas razões já antes expostas, deve ter um papel central e proativo na proteção dos valores naturais e dos serviços de ecossistema localmente produzidos, interessa superar estas divergências. Vejamos outras duas áreas nas quais também estão presentes: a questão da floresta, principal-



Figura 19. Episódio de incêndio florestal no baldio de Sistelo

mente quando ligada a objetivos de conservação, e as questões ligadas ao uso do fogo.

Começamos pela floresta. É reconhecida a dificuldade que o Estado tem tido na recuperação e proteção da vegetação arbórea autóctone em áreas classificadas e em áreas de baldio. As causas relacionam-se, sistematicamente, com dificuldades na conciliação entre a floresta e o uso pastoril, em particular nos primeiros cinco anos após a plantação. Nos últimos anos, segundo informação obtida em entrevista a técnicos do Instituto a Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), tem-se experimentado com bons resultados a reforestação de pequenas áreas, bem protegidas e delimitadas, ao invés de fazer intervenções em áreas mais extensas. Perante esta proposta - plantação de árvores autóctones em pequenas áreas, criando sombra e habitat - mais de 80% dos inquiridos de Sistelo demonstraram estar de acordo. Este padrão de resposta favorável mostra a possibilidade de criar pequenos bosquetes com espécies autóctones que, sem limitar as áreas de pastoreio e a livre circulação dos animais, poderão ser o ponto de partida para uma regeneração mais ampla e sustentada das florestas autóctones. Parece-nos um caso a aprofundar.

No que se refere ao uso do fogo o problema centra-se na realização de queimadas para renovação de pastos, prática tradicional nestes territórios silvo-pasto-

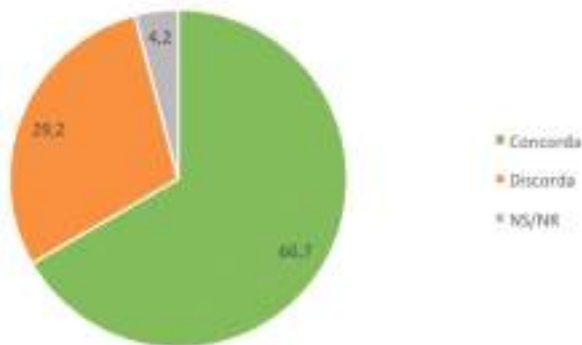


Figura 20. Opinião dos inquiridos relativamente ao uso das queimadas para renovar as pastagens.
Fonte: QFam

ris. Esta prática tem sido condicionada por um enquadramento legal mais restritivo, que visa salvaguardar a sua execução em condições adequadas (garantir a segurança de pessoas, evitar incêndios e minimizar impactos sobre a biodiversidade e o solo) e porventura reduzir a sua aplicação. Neste tema a comunidade de Sistelo adota uma posição distinta. De facto, mais de 2/3 dos inquiridos afirma-se favorável à manutenção das queimadas para renovação dos pastos (Figura 20). Os criadores de gado consideram-nas necessárias para a renovação das pastagens e para abrir passagens para o gado, no monte: “se não se queima não há para o gado”. Consideram ainda ter o conhecimento e os meios para as realizar, com oportunidade e sem depender de serviços externos. Interessa ter em conta que estes criadores de gado se mostram sensíveis à necessidade de efetuar as queimadas em condições adequadas, ou seja, “com a devida segurança” e “no tempo certo”, isto é, no inverno, para assegurar “que não fuja o fogo”.

A questão do uso do fogo na renovação de pastagens levanta vários problemas, e há a assinalar cerca de 30% dos inquiridos a manifestar-se em desacordo com a manutenção desta prática no baldio. Um desacordo que pode relacionar-se com dois fatores: um de natureza económica e outro de natureza ecológica. Em termos económicos o fogo permite, com baixo custo, queimar vegetação arbustiva e abrir clareiras onde cresça a vegetação herbácea que serve de alimento ao gado. A limpeza mecânica, realizada por sapadores florestais ou por mão-de-

-obra contratada para o efeito, tem um custo mais elevado e pode ser de difícil execução nalguns locais menos acessíveis. No entanto, o uso do fogo converte áreas de pastoreio, que seriam elegíveis para apoios da PAC aos criadores de gado, em áreas não elegíveis. Ganha-se por um lado, mas perde-se por outro. Do ponto de vista ecológico, o impacto do fogo depende muito da forma como se realizem as queimadas. O fogo pode ser mais ou menos destrutivo da vegetação, da biodiversidade e da matéria orgânica do solo, dependendo da sua intensidade e duração. A preferência pelas limpezas mecânicas no controlo dos matos começa a associar-se também aos impactos do fogo sobre a paisagem. Referindo-se a estes dois últimos aspetos dizia assim um residente: *“Gosto mais de ver os montes limpos com as máquinas. Não gosto de ver queimadas.”*, *“Creio que [o fogo] não dá vantagem nenhuma, destrói muito”*.

A elevada proporção de residentes que defende a continuidade do uso do fogo na renovação das pastagens deve ser tida em conta. Mostra que as soluções alternativas, do ponto de vista dos criadores de gado, não são suficientes. Não existe ainda unanimidade técnico-científica sobre a pertinência do uso do fogo como técnica de controlo da vegetação e para a redução dos riscos de incêndio. É expectável, no entanto, que o seu uso continue a ser cada vez mais seletivo e criterioso. Menos evidente para nós é o grau de autonomia que as comunidades devem ter relativamente ao uso do fogo, para evitar males maiores. O atual enquadramento tende a pôr de parte esta autonomia, conduzindo à perda do conhecimento e do saber fazer comunitário vinculados às práticas tradicionais de uso do fogo e à sua regulação à escala local. Esta questão deve ainda ser alvo de maior investigação, devendo assentar num trabalho mais colaborativo entre as entidades administrativas e técnicas envolvidas e as comunidades locais.

De comunidades resistentes a comunidades resilientes

As comunidades tradicionais da montanha dominavam um conjunto de saberes e de práticas que lhes permitiam sobreviver num contexto difícil. A distância entre as aldeias e destas às principais vilas e cidades impunha que se resolvessem muitos problemas localmente, com relativa autonomia face a entidades públicas ou sociais, bem mais presentes no sistema urbano. Hoje estas aldeias estão cada vez mais integradas na sociedade mais ampla, e há múltiplas entidades

públicas e privadas que incluem os territórios e as comunidades de montanha na sua agenda. Esta abertura ao exterior trouxe muitas vantagens, mas também se traduziu numa série de dificuldades, sendo uma delas o despovoamento. Atualmente interessa que as comunidades de montanha possam continuar a resistir, mantendo-se vivas e preservando a sua essência, como desejam as pessoas que lá vivem. Mas mais do que apenas resistir, interessa que se criem condições atrativas nas aldeias. Para tal há que garantir que quem lá vive e trabalha tem uma voz ativa na valorização e conservação do território. E há também que assegurar que a articulação com os outros espaços e escalas seja equilibrada e vantajosa para todos. Interessa também passar da resistência à resiliência. A resiliência de uma comunidade, ou de um território, mede-se pela sua capacidade de adaptação aos desafios que vão surgindo, aproveitando as oportunidades e conseguindo resolver, sem grandes perturbações, os problemas. Esta resiliência pode conseguir-se se todos forem adquirindo conhecimentos e aprendendo novas competências.

As pessoas antigas da freguesia conheciam melhor as plantas do que as que hoje em dia cá vivem



Figura 21. Percepções relativas ao conhecimento da biodiversidade pelos mais velhos
Fonte: QFam

Os mais novos da freguesia conhecem a natureza e os montes tanto como a gente mais velha



Figura 22. Percepções relativas ao conhecimento da biodiversidade pelos mais novos
Fonte: QFam

■ Concorda ■ Discorda ■ NS/NR

Isto não significa que se tenham de abandonar ou esquecer os saberes tradicionais e práticas que definem os modos de vida das comunidades locais. Esses saberes tradicionais têm vindo a ser cada vez mais valorizados, principalmente no que se refere ao modo como permitem às comunidades usar a terra e a natureza sem as degradar. Como se escreveu no estudo sobre montanha portuguesa realizado no âmbito da Avaliação dos Ecossistemas do Milénio: “A erosão do



Figura 23. Cartaz do Bioblitz de Sistelo

saber fazer agricultura, das subtis e complexas técnicas necessária para criar animais e cuidar da floresta com sucesso, é, talvez, o maior risco do abandono agrícola” (Aguiar *et al.*, 2009). É preciso que as novas gerações de habitantes da montanha continuem a aprender com os mais velhos a conhecer a natureza que os rodeia, juntando a esses saberes outras aprendizagens. É preocupante a erosão dos saberes que se deteta entre os mais novos (Figuras 21 e 22).

A perda de conhecimento tradicional sobre os tipos de habitat, a biodiversidade local e algumas práticas tradicionais, além de dificultar o envolvimento dos mais jovens na gestão dos territórios, é também perda de património cultural e da própria identidade das comunidades. A projeção para o futuro deste conhecimento e saber fazer comunitário passa por uma articulação com a inovação,

envolvendo necessariamente o sistema de I&D e os demais agentes de desenvolvimento rural.

Ao longo do projeto *Acontece in Loco* – Montanha do Alto Minho uma das ações que despertou bastante interesse foi um Bioblitz. Esta iniciativa, conduzida por uma equipa de cientistas ligados à botânica, juntou alguns jovens de Sistelo e um público interessado em conhecer melhor a biodiversidade deste território.

A articulação entre investigadores e comunidades que proporcionou neste Bioblitz é pouco comum nestes territórios. Sistelo tem sido amplamente estudado nos últimos anos por várias equipas de investigadores e técnicos. No entanto apenas 2 das 48 pessoas inquiridas declararam ter conhecimento concreto de projetos recentes focados neste território. Sendo esses inquiridos elementos de órgãos de gestão locais, podemos inferir que o envolvimento tende a limitar-se ao respeito institucional, e não a uma efetiva mobilização e orientação para a comunidade. São estudos que influem na formulação de políticas e na sua avaliação, mas que pouco ou nada contribuem para capacitar a comunidade local enquanto gestora de proximidade, porque *“raramente são explicados às pessoas de cá”*.



4. Perspetivas futuras

O nome do projeto *Acontece in Loco* – Montanha do Alto Minho nasceu da ideia de que é preciso ir ao terreno, conhecer os lugares e ouvir as pessoas que lá vivem, *in loco*. Esta abordagem, que foi desenvolvida no estudo piloto em Sistelo, permitiu fazer um diagnóstico sobre a aldeia e sobre as suas dinâmicas recentes tendo como principal fonte de informação as pessoas da própria comunidade. Também foram consultados e ouvidos outros intervenientes, com ação nestes territórios. Uma das principais conclusões deste estudo é a distância que muitas vezes se percebe entre estes e as perspetivas de quem vive e trabalha na montanha. Há uma evidente necessidade de criar mais oportunidades de diálogo e de cooperação.

A relação assimétrica que normalmente se estabelece entre o sistema técnico-científico e as comunidades locais não facilita esse diálogo. Projetos bem intencionados, quando desenhados e implementados com reduzida participação destas comunidades, podem perder a sua eficácia por não se ajustarem às especificidades da montanha ou às expectativas das pessoas que aí vivem e trabalham. Em localidades fragilizadas, como são quase todas as aldeias de montanha, todos os pequenos êxitos são fundamentais para se reverter o longo declínio que vem de trás. Consideramos, portanto, que a aposta nas metodologias participativas, e o esforço conjunto dos vários agentes de desenvolvimento rural que caracterizaram este projeto, são uma inovação urgente e necessária.

Para que nas próximas décadas se vão pondo de parte os cenários de despovoamento e de abandono da montanha que marcam a atualidade, mas que já são desafiados em aldeias como Sistelo, interessa dar continuidade a este tipo de intervenções e alargá-las a outros territórios similares. Para que possamos ter montanhas vivas e comunidades resilientes.



5. Referências

Aguiar, C. *et al.* (2009). A Montanha. In Pereira, H. *et al.* (eds), *Ecosistemas e Bem-Estar Humano - Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment*, Escolar Editora: 293-337.

Baptista, F. O. (1996). Declínio de um tempo longo. In Brito, J.P. *et al.* (eds.), *O voo do Arado*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia.

Simões, O., Nogueira, J., Moreno, L. (2018) Aprender a coexistir com o fogo, In Simões, O. (ed.), *O rural depois do fogo*, ESAC/IPC e SPER. Coimbra: 259-269.

6. Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

ARDAL - Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima

CIM-AM - Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (CIM-AM)

AFL - Associação Florestal do Lima

H - Homem

ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

INE - Instituto Nacional de Estatística

M - Mulher

PAC - Política Agrícola Comum

PDR2020 - Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020

QFam - Questionário direto a representantes das famílias de Sístelo



PARCEIROS:



COOPERATIVA AGRÍCOLA
ARCOS DE VALDEVEZ E PONTE DA BARGA



FINANCIAMENTO:

